

*Jornal do*



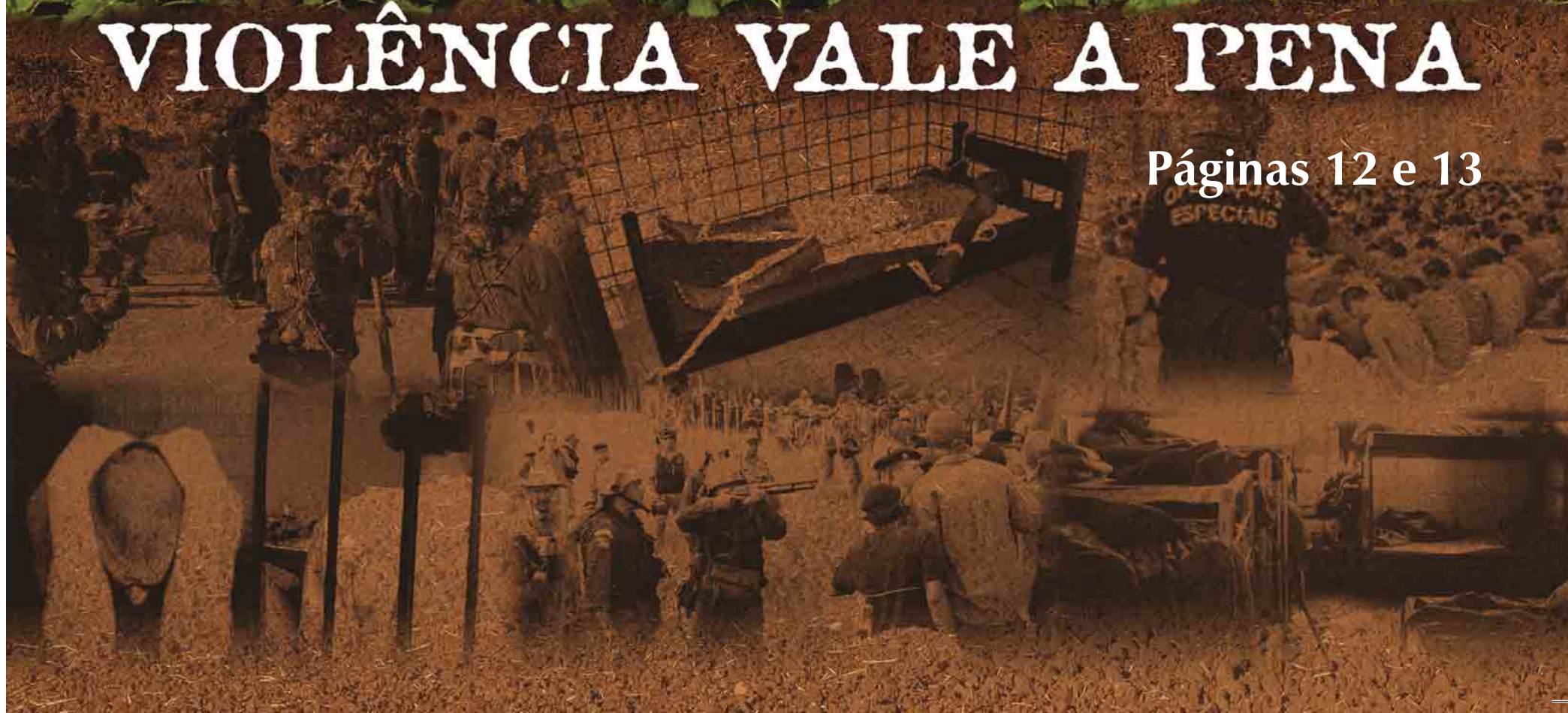
# FEDERAL

Conselho Federal de Psicologia - Ano XXI nº 90 - agosto 2008



## NENHUMA FORMA DE VIOLÊNCIA VALE A PENA

Páginas 12 e 13



# Início de conversa...



Diversas lutas, campanhas e eventos estão marcando as contribuições do Conselho Federal de Psicologia, para fazer avançar a presença da profissão na sociedade brasileira com compromisso social.

O título da reportagem de capa deste número do Jornal do Federal nos remete a mais uma ação com esse fim.

As freqüentes manifestações de violência levantaram a preocupação coletiva das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia que, reunidos no começo do ano, na capital federal, decidiram que o tema da Campanha de Direitos Humanos de 2008 deveria ser “Nenhum Tipo de Violência Vale a Pena”. A proposta pretende provocar análise e discussão das diversas manifestações da violência, examinando suas causas, conseqüências e até mesmo diferentes formas de combatê-la.

As formas mais variadas pelas quais a violência se expressa tornam a discussão abrangente. O tema trata de questões que vão desde o preconceito social, cultural e racial, até a repressão a movimentos sociais e violação de direitos que atingem a Psicologia, como ciência e profissão, em seu compromisso com a sociedade, e com a defesa dos Direitos Humanos.

Essa edição do Jornal do Federal mostra também outras lutas, campanhas e eventos em que estivemos presentes como parceiros. Na matéria que trata da I Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) conheça a cartilha lançada pelo CFP e sua Comissão Nacional de Direitos Humanos: “Adoção: um direito de todas e todos”. O material mostra nossa posição em relação às questões ligadas à orientação sexual e aponta os

caminhos da adoção de crianças por casais homoafetivos.

Outras ações continuam marcando nossa parceria com movimentos sociais como o movimento do dia 18 de maio, quando comemoramos 20 anos da luta antimanicomial, lembrando que a Reforma Psiquiátrica no Brasil, com seus serviços substitutivos e ações de promoção de cidadania, tem efetivado o cuidado e a inclusão social de muitos brasileiros, antes relegados ao abandono, à segregação e não raro, à violação de seus direitos em hospitais psiquiátricos. Além dos 20 anos de luta antimanicomial, o ano de 2008 já marcou outras datas como os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, no dia 13 de julho, o Dia Nacional contra a Violência Sexual a Crianças e Adolescentes, em 18 de maio e o Dia da Luta contra o Trabalho Infantil, no dia 12 de junho.

Transversalmente, pode ser observada nessa edição do jornal, a profissão de psicólogo em efetivo diálogo com a sociedade, uma marca da profissão de psicólogo no país, nesses 46 anos de profissão. E, mais do que isso, o propósito de uma Psicologia que quer uma sociedade dialogante. Além da afirmação sempre presente de uma perspectiva de Direitos Humanos, aqueles que trabalham com a subjetividade, ações que propõem diretrizes para a atuação dos psicólogos na Educação e na Saúde podem ser vistas na mesma linha da defesa dos direitos. E, mais diretamente, ainda ligada à idéia de uma sociedade dialogante está toda a campanha que a profissão está empreendendo para que ocorra imediata convocação de uma Conferência Nacional de Comunicação no país.

Todos os conteúdos presentes nesta edição do jornal são trazidos em conjunto com a demarcação da presença, em nossa sociedade, da Declaração Universal de Direitos Humanos, que completa 60 anos; e dos 20 anos da Constituição Federal de 1988, referências importantes para que uma profissão ocorra sob a égide do efetivo diálogo com a sociedade.

**Humberto Verona**

**Presidente do Conselho Federal de Psicologia**

## Expediente

### DIRETORIA

Humberto Cota Verona  
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes  
Vice-presidente

Clara Goldman Ribemboim  
Secretária

André Isnard Leonardi  
Tesoureiro

**CONSELHEIROS EFETIVOS**  
Alexandra Ayach Anache

Deise Maria do Nascimento  
Elisa Zaneratto Rosa  
Iolete Ribeiro da Silva  
Maria Christina Barbosa Veras

### CONSELHEIROS SUPLENTE

Acácia Aparecida Angeli dos Santos  
Andréa dos Santos Nascimento  
Anice Holanda Nunes Maia  
Aparecida Rosângela Silveira  
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo  
Henrique José Leal Ferreira  
Rodrigues  
Jureuda Duarte Guerra  
Marcos Ratinecas

Maria da Graça Marchina Gonçalves

### PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Aluizio Lopes de Brito  
Roseli Goffman  
Maria Luiza Moura Oliveira

### COORDENADORA GERAL

Yvone Magalhães Duarte

### EDIÇÃO

Maria da Graça Marchina Gonçalves

### JORNALISTAS RESPONSÁVEIS

Caroline Coelho

Jorge de Castro

### REPORTAGEM

ascom@pol.org.br

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Exemplus Comunicação & Marketing LTDA.

### ILUSTRAÇÕES

Victor Angelo  
Igor Martinez

### REVISÃO

Exemplus Comunicação & Marketing LTDA.

## Vídeos para a Campanha pela Conferência da Comunicação

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou, na 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia, realizada entre 14 e 16 de agosto, o vídeo “A Manipulação dos Meios de Comunicação”. O programa é o primeiro de uma série de spots de televisão que traz depoimentos de pessoas ligadas à área da comunicação, falando sobre a necessidade da convocação imediata de uma Conferência Nacional de Comunicação (*leia mais sobre Comunicação na pág. 16*).

Os vídeos têm o objetivo de mobilizar os psicólogos a promoverem o debate público, a fim de estabelecer políticas públicas de comunicação com ampla participação de todos os setores da sociedade civil. Além de disponibilizados no sítio do CFP, os vídeos serão entregues às TVs públicas para veiculação.

Assista ao vídeo no sítio [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br).

## Seminário NASF

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu, em julho, o seminário Núcleos de Apoio à Saúde da Família e a Prática da Família (NASF). O objetivo do evento foi discutir a participação do psicólogo nos NASF. O resultado desse encontro será transformado em relatório, a ser lançado em outubro. A expectativa do CFP é que, após a divulgação desse documento, cada Conselho Regional promova discussões para aperfeiçoar ainda mais o trabalho dos psicólogos, de acordo com a realidade de cada Estado.

A produção de um evento como esse se mostrou necessária depois que o governo federal ampliou o número de profissionais vinculados à atenção básica de saúde (assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas).

Entre muitas ações, os Núcleos devem: desenvolver atividades físicas e práticas corporais; proporcionar educação permanente em nutrição; promover ações multiprofissionais de reabilitação para reduzir a incapacidade e deficiências, permitindo a inclusão social; atender usuários e familiares em situação de risco psicossocial ou doença mental, entre outras.

## ADOÇÃO: UM DIREITO DE TODOS E TODAS

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Regional de Santa Catarina (CRP-12) apresentaram, no primeiro dia do *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*, a cartilha **Adoção: um direito de todos e todas**. Organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, o evento ocorre entre 25 e 28 de agosto, em Florianópolis.

Lançada nacionalmente, durante a Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT), realizada em junho, em Brasília (*leia mais sobre a Conferência GLBTT na pág. 11*), o documento foi elaborado por psicólogos de diversas linhas teóricas, com reconhecida produção sobre o tema. O objetivo da publicação é auxiliar na concretização de direitos já obtidos por meio da Constituição Brasileira, contribuindo com a discussão e legitimação desses direitos, independentemente da sua orientação sexual, incluindo a possibilidade de adoção por gays e lésbicas.

O *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder* é o oitavo encontro do Projeto *Fazendo Gênero*, que reúne, a cada dois anos, pesquisadoras e pesquisadores do Brasil e de universidades estrangeiras da América Latina, Estados Unidos e Europa, com pesquisas e publicações no campo dos estudos de gênero e dos estudos feministas.

Entre no sítio [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) e leia a íntegra da cartilha.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSETORIAIS: ESSE É O CAMINHO**



O envolvimento da Psicologia com a Educação sempre foi muito estreito. Antes mesmo da regulação da profissão no Brasil, em 1962, os profissionais que lidam com a subjetividade e com o comportamento têm estreitado laços com as práticas de ensino, na busca por uma educação universal e de qualidade. Prova disso é a contribuição do campo da Psicologia Escolar que, nos últimos 20 anos, tem intensificado os estudos, discussões e reflexões que orientam as práticas do psicólogo na Educação. Os principais objetos de estudo desses psicólogos referem-se à formação de professores, aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, ao acompanhamento às queixas escolares, à inclusão escolar e social, à avaliação educacional, entre outras.

Paralelamente, o Estado tem investido em políticas públicas para o setor e sofisticado a legislação educacional e os processos de avaliação escolar. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) são alguns exemplos. Fazer uma reflexão crítica sobre as políticas públicas e analisar a inserção da Psicologia nelas é o grande desafio dos psicólogos, já que são esses instrumentos que dão contorno à atuação dos profissionais que lidam com a subjetividade e o comportamento. “Tais mecanismos avaliativos servem para criar um olhar externo à instituição educativa, uma visão acerca dos projetos e práticas pedagógicas”, avalia a professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), Claisy Maria Marinho-Araújo. “Essas e outras políticas públicas vêm gerando mudanças educacionais

cujas repercussões se refletem fortemente nas demandas direcionadas à Psicologia Escolar”, afirma.

O somatório desses esforços é sentido por meio do rendimento dos alunos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1997, evidencia que um adolescente de 17 anos tinha, em média, 7,1 anos de estudo. No PNAD de 2005, essa mesma quantidade de aulas era adquirida por um jovem de 16 anos.

Porém de nada adianta uma sociedade com muitos anos de estudo, se esse aprendizado não for de qualidade. Para contribuir à construção de políticas públicas voltadas à Educação, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou um projeto para 2008, ano da educação no Sistema Conselhos de Psicologia. “A escolha por esse tema surgiu da necessidade de enfatizar a importante contribuição da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na luta pela consolidação de educação para todos, respaldada nos princípios do compromisso social, dos Direitos Humanos e do respeito à diversidade”, justifica a conselheira federal, Alexandra Anache.

No campo legislativo, o CFP tem buscado a inclusão da Psicologia como matéria obrigatória no Ensino Médio. Nos debates com a sociedade civil, tem participado de atividades nacionais e internacionais, como a Conferência Nacional de Educação Básica e o Fórum Mundial da Educação. “A participação na construção das políticas públicas de Educação e de outras políticas intersetoriais visa a qualificar o psicólogo – técnica e politicamente –

para melhor compreender a complexidade do sistema educacional atual”, afirma a conselheira. Para ela, deve-se buscar uma educação de caráter universal. “É imprescindível debatermos os trabalhos desenvolvidos por psicólogos em escolas ou em outras instituições de aprendizado que abordem a temática da educação inclusiva”, avalia Alexandra.

Além da discussão em torno das atividades de ensino a serem desenvolvidas, a presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Maria Cristina Joly, diz que é necessária a realização de um levantamento de quem são os psicólogos que atuam com Educação no Brasil. “Houve um grande avanço da categoria e uma preocupação da Psicologia Escolar em estabelecer referências de atuação para o cenário escolar. “Mas há muito o que fazer, especialmente em relação às políticas públicas, para que contemplem o psicólogo como um dos membros da equipe escolar”, analisa a presidente da ABRAPEE.

## **Fortalecer laços**

O professor do Departamento de Psicologia Educacional da Unicamp, Sérgio Antônio da Silva Leite, acredita que a melhora da qualidade da educação deve ser pautada por uma sinergia maior entre psicólogos e profissionais de outras áreas. “Até os anos 80, tentava-se buscar dentro da criança os motivos que a levavam ao fracasso escolar, esquecendo as questões sociais, as condições da escola e do professor. Nós adquirimos um conhecimento teórico e prático muito grande nessa área, permitindo, por exemplo, entender como uma criança aprende e quais as condições que facilitam a aprendizagem. Precisamos democratizar esse conhecimento. Esse é o grande vínculo que deve existir entre os educadores das diferentes áreas e os psicólogos”, avalia Sérgio.

“Infelizmente, quando olhamos para a nossa profissão, percebemos que ela é marcada por uma visão clínica, reforçando a idéia de que as crianças não aprendem por culpa delas próprias. Não estou negando que é tarefa do psicólogo atender as crianças que tenham problemas de aprendizagem. Mas, a porcentagem de alunos que realmente exige esse tipo de atendimento é bem menor do que os números relativos à reprovação. Não é uma questão apenas científica, mas ideológica”, constata.

Os Conselhos de Psicologia realizarão durante este ano eventos regionais pautados em quatro eixos fundamentais que nortearão o Ano da Educação. O objetivo é constituir espaços de discussões coletivas entre psicólogos e demais profissionais que atuam na educação e em setores da sociedade.

**Eixo 1: Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva.**

Serão debatidos temas desenvolvidos por psicólogos, em escolas ou outras instituições de educação que abordem a temática da educação inclusiva e sua interface com políticas públicas, em especial, as de educação, saúde e assistência social.

**Eixo 2: Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática.**

Trata de temas relacionados a inserções e participações de psicólogos no âmbito das políticas públicas em espaços consultivos e deliberativos, acompanhando e propondo ações junto a deputados e vereadores visando, também, por meio de Projetos de Lei, a contribuir para uma democracia participativa na educação. A presença do psicólogo nesse campo deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional.

**Eixo 3: Psicologia e Instituições Escolares e Educacionais.**

Inclui temas oriundos de práticas desenvolvidas por psicólogos em instituições escolares e educacionais nos seus diversos contextos formais ou informais. Envolve a atuação do psicólogo junto a alunos, suas famílias, educadores e profissionais ligados à educação que recorrem à Psicologia como forma de contribuir para que a escola ou instituição educacional seja um espaço democrático de acesso ao saber culturalmente instituído e da produção de novos saberes.

**Eixo 4: Psicologia no Ensino Médio.**

Refere-se às experiências de professores de Psicologia, cuja atuação profissional focalize novas propostas curriculares, projetos ou ações institucionais comprometidos com a democratização das relações escolares no Ensino Médio. Destaca a importância da Psicologia nesse nível de ensino ao oferecer para os estudantes fundamentos que lhes permitam compreender as diferentes dimensões da subjetividade.

## Os Marcos Históricos e seus significados

Quando as sociedades se encontram diante de um quadro político e social insatisfatório, elas criam mecanismos para aperfeiçoar e aprofundar o sentido ético da convivência social. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o movimento de Maio de 68 e a Constituição de 1988, são exemplos emblemáticos de respostas das sociedades a valores e idéias que elas construíram e assimilaram. A diferença entre esses eventos é o momento histórico que cada um retrata.

Os 30 artigos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que completa 60 anos em dezembro, foram uma resposta aos horrores cometidos pelos nazistas contra os judeus. “O holocausto representa para o século XX a desmistificação daquele caráter progressivo e benéfico do processo civilizatório do ocidente, construído a partir do projeto iluminista”, explica o coordenador do laboratório de Estudos Vinculares e Saúde Mental da Universidade Federal da Bahia, Marcus Vinícius de Oliveira. Para ele, a Declaração foi produzida para instituir marcos civilizatórios, a fim de fazer justiça com o lado mais fraco naquele momento (os judeus, ciganos e minorias). “A insatisfação com os ideais nazistas gerou a necessidade de reafirmação de valores éticos, consubstanciados em uma declaração que buscasse reafirmar a dimensão da convivência política, redefinindo os Direitos Humanos”, completa.

### Maio de 68

Passados 20 anos da Conferência de Yalta – cidade da antiga União Soviética onde fora promulgada a Declaração, a comunidade ocidental se deparou com outro marco civilizatório, conhecido como “Maio de 68”. Naquela ocasião, estudantes franceses iniciaram uma série de manifestações que tomaram conta do país. Rapidamente, os jovens conseguiram o apoio de vários outros setores da sociedade. O objetivo do movimento era mudar valores relacionados à educação, sexualidade e prazer.

O espírito de mudança francês tomou conta do continente e atravessou o Atlântico, culminando com a contracultura e o movimento hippie nos Estados Unidos. “A juventude francesa foi o símbolo. Ela representava a falta de perspectiva que eles tinham do sistema capitalista, o Welfare

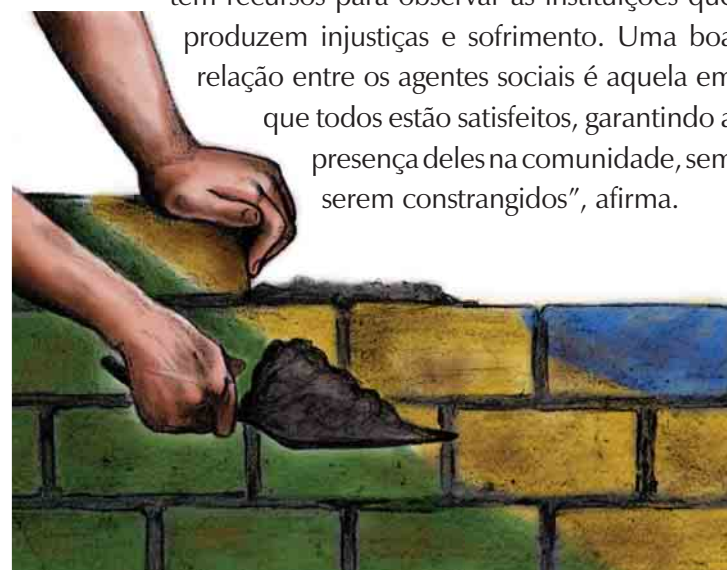
state (Estado de Bem-estar Social), para a vida das pessoas. Era como se o capitalismo tivesse um limite de direitos a oferecer. E aqueles jovens queriam se libertar daquilo”, analisa Marcus Vinícius. “A humanidade precisava reafirmar os valores da democracia, não como uma representação política apenas, mas como um paradigma de relacionamento humano na comunidade”, completa.

### No Brasil

Enquanto na Europa explodia o “Maio de 68”, no Brasil, os militares, que tomaram o poder em 1964, aumentavam a censura e a repressão com a implementação do AI-5. Durante os 20 anos de ditadura, os brasileiros tiveram seus direitos cassados, alguns tiveram de sair do país e outros morreram em porões militares.

Após esse período de restrições, a sociedade brasileira buscou produzir uma Constituição (1988) que reforçasse e garantisse os direitos dos indivíduos, em uma luta que envolveu diversos setores e grupos sociais pela democratização do país. “A mobilização pelas eleições diretas foi o início que conduziria à possibilidade de uma nova Constituição, estabelecendo um novo patamar para o povo brasileiro. Foi a primeira vez que se estabeleceu, no país, cidadania para grande parte da população, que até então era marginalizada”, conclui Marcus Vinícius.

Segundo ele, cabe aos psicólogos a produção de análises sobre as formas de institucionalização da vida social. “O profissional que lida com a subjetividade e o comportamento tem recursos para observar as instituições que produzem injustiças e sofrimento. Uma boa relação entre os agentes sociais é aquela em que todos estão satisfeitos, garantindo a presença deles na comunidade, sem serem constrangidos”, afirma.



## Psicologia Latino-Americana avança em pesquisas e intercâmbios

Em 23 de novembro de 2002, na cidade mexicana de Puebla, diversas entidades de Psicologia de nove países da América Latina, criaram a União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI). A união ocorreu com o objetivo de integrar as entidades de Psicologia da América Latina e impulsionar o desenvolvimento de referências para uma Psicologia como ciência e profissão com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos latinos e superar as desigualdades sociais que caracterizam os países dessa região.

A participação do Brasil foi fundamental para a constituição da ULAPSI, promovendo e participando, desde o início, das iniciativas que vêm consolidando a entidade. Ainda em 2002, foram realizados os Seminários México-Brasil, com a participação de psicólogos e pesquisadores dos dois países. Eles percorreram várias universidades, possibilitando a divulgação, a troca de experiências e saberes da Psicologia em diversas áreas.

### Resultados

Durante esse curto período de existência, as articulações desenvolvidas no âmbito da ULAPSI vêm se fortalecendo e produzindo diversos desdobramentos. No Brasil, foi realizado, em 2005, o I Congresso da ULAPSI, com participação de aproximadamente 3.000 psicólogos, pesquisadores e estudantes de Psicologia. O II Congresso ocorreu dois anos mais tarde, na capital cubana, Havana. Esses encontros são resultado de uma parceria firmada entre o a ULAPSI e o FENPB (Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira).

Os preparativos voltam-se agora para o III Congresso da ULAPSI, que será realizado em 2009, no México. O lançamento do III encontro está marcado para 8 de outubro – data em que se comemora o Dia da Psicologia Latino-americana. Nas reuniões preparatórias para esse evento, ocorridas em agosto, o Brasil foi representado

pelo presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, e pela atual representante brasileira no Conselho da ULAPSI, Maria Cristina Joly.

### Independência

A psicóloga Ana Bock acredita que a Psicologia Latino-Americana foi sempre marcada por uma dependência dos modelos aplicados em países europeus e nos Estados Unidos. “Era feita uma aplicação mecânica dos modelos europeus sem levar em conta a realidade Latino-Americana para a produção de conhecimento”, lembra Ana Bock, que esteve à frente do movimento de aglutinação no Brasil para a existência do organismo internacional.

Segundo ela, a ULAPSI está ajudando na criação de uma Psicologia própria da América Latina. “A ULAPSI foi construída dentro de um projeto que pensa em reverter essa situação, produzindo uma Psicologia que leva em conta a nossa realidade social. Não adianta aplicarmos modelos que não condizem com a nossa realidade”, completou.

De acordo com a representante brasileira na ULAPSI, Maria Cristina Joly, a entidade também exerce uma função de articulação entre os países em outros segmentos, como o político, o profissional, além das áreas de pesquisas. “Há uma divisão muito grande da Psicologia e as ações estão muito isoladas. É preciso uma instituição que agregue essas ações na América Latina”, afirmou Joly.

Outras iniciativas importantes para fortalecer a organização da Psicologia Latino-Americana são as publicações e os grupos de Trabalho, organizados por áreas de investigação e atuação da Psicologia, e que reúnem pesquisadores de diversos países.



Mais informações sobre as ações da ULAPSI no sítio [www.ulapsi.org](http://www.ulapsi.org).

## Mobilizações marcam os 20 anos da Luta Antimanicomial no Brasil



As comemorações dos 20 anos de Luta Antimanicomial foram marcadas por mobilizações em diversos estados brasileiros. Cidades que possuem movimentos fortes ligados ao tema como Goiânia, Salvador e Recife, não deixaram a data passar em branco e mostraram a força que o movimento tem no Brasil. Milhares de pessoas se reuniram em passeatas e desfiles no mês de maio para comemorar os avanços que marcaram a história do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial e lembrar dos obstáculos que ainda devem ser vencidos no que diz respeito à violação dos Direitos Humanos da pessoa que possui algum tipo de transtorno mental e à implementação efetiva de uma reforma psiquiátrica antimanicomial.

Em Belo Horizonte, por exemplo, mais de 3.000 pessoas participaram do desfile da escola de samba *Liberdade Ainda que Tam Tam*. Em Goiânia, manifestantes tomaram as ruas do centro da cidade para pedir o fim dos manicômios. A

caminhada “Maluco Beleza” reuniu psicólogos e outros especialistas em saúde mental, pacientes, representantes de entidades de Direitos Humanos e diversos profissionais envolvidos com a causa.

A psicóloga Deusdet Martins, integrante do Fórum Goiano de Saúde Mental explicou que a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial estimulou seus 20 núcleos em mais de 12 estados e Distrito Federal a realizarem essas atividades para se manifestar sobre o sistema atual de assistência aplicado à área de saúde mental. “Os núcleos foram estimulados para a gente comemorar os avanços da luta e mostrar que ainda existem grandes desafios a serem enfrentados, muita coisa em relação à incidência da violação de Direitos Humanos ainda precisa ser denunciada”, completou.

O movimento em prol da reforma psiquiátrica alcançou algumas vitórias no país. Um dos marcos da luta é a redução



progressiva do número de leitos hospitalares psiquiátricos. Os leitos psiquiátricos são instituições marcadas por um histórico de mortes, de violação dos Direitos Humanos e de maus tratos às pessoas que possuem transtorno mental, além de serem lugares já criados a partir de uma concepção que leva a excluir esses pacientes do convívio social. Em 1996, havia 72.514 leitos psiquiátricos em todo o Brasil. Hoje, são menos de 40 mil, o que representa uma redução de 66%.

De acordo com a conselheira federal do CFP, Elisa Zaneratto Rosa, o número apresenta um avanço, mas está longe de ser o ideal, pois não se conseguiu ainda uma rede substitutiva forte que represente a completa superação do modelo hospitalar. “O hospital não é o dispositivo que permite a reconstituição de laços. Entendemos que a cidadania é condição indispensável para a superação do sofrimento vivido no transtorno mental. Não estamos ocupados da eliminação de sintomas, estamos ocupados da possibilidade de produzir uma nova organização da vida, autonomia, relações com o mundo e participação social”.

A Lei nº. 10.216, que trata da reforma psiquiátrica, foi sancionada em 2001, com o objetivo de regular as internações psiquiátricas e promover mudanças no modelo de assistência aos usuários, destacando-se o processo de desospitalização. Entretanto, a reforma psiquiátrica não está se configurando dessa forma. Ela ainda é lenta e até hoje não existe, em muitos lugares, uma rede qualificada que atenda a crise e a emergência sem precisar dos hospitais.

O Brasil conta com cerca de 1.000 serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), além de serviços sociais terapêuticos e outros centros de convivência, mas esses serviços continuam distantes de serem suficientes para atender a demanda do país. A psicóloga Deusdet Martins explica que o maior objetivo da luta é que esses serviços substitutivos cumpram, na íntegra, sua função e existam em uma quantidade suficiente para suprir as necessidades da sociedade até que os manicômios sejam extintos. “Nós queremos uma sociedade sem manicômios, é preciso ampliar o número e melhorar esses dispositivos substitutivos que já existem, além disso, eles devem mesmo funcionar como substitutivos, não como complementares”, completou a psicóloga.

Os pacientes com transtorno mental que já passaram por alguma internação em hospitais psiquiátricos são as

maiores provas de que os Direitos Humanos continuam sendo violados nessas instituições. O gaúcho Paulo Michelin, de 48 anos, passou por quatro internações em hospitais psiquiátricos de Porto Alegre. “O atendimento é horrível, as pessoas eram amarradas em camas e nos davam injeções a todo momento”, lembra Paulo. O usuário Paulo também é a favor de uma sociedade sem manicômios. “Por mais que as políticas avancem, hospício é hospício, esse é um serviço excludente por natureza, não tem como mudar esse sistema. O certo é banir e trocar por ações como os CAPS, que trabalham não só a doença, mas também a inclusão. Lá a gente tem voz”, completou.

Um passo importante para o avanço de uma reforma da atenção à saúde mental numa perspectiva antimanicomial neste momento é a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental. A última Conferência Nacional de Saúde Mental foi realizada em 2001 e apenas no ano passado, durante a Conferência Nacional de Saúde foi deliberada a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental para 2009. A partir de agora, caberá ao plenário do Conselho Nacional de Saúde encaminhar o início do processo da IV Conferência de Saúde Mental.

A conselheira Elisa Zaneratto explica que a realização da IV Conferência é fundamental para que seja feita uma avaliação da reforma desde 2001. “A questão é que desde de 2001 não temos mais esse espaço legítimo de avaliação da reforma implementada. Precisamos avaliar o que se produziu e apontar as novas metas nesse momento democrático que é a Conferência”, completa.



## Na era eletrônica

Quando era estagiário do Hospital Universitário de Brasília (HUB), em 2006, o psicólogo Fabrício Almeida percebeu que havia uma carência nos registros dos prontuários dos pacientes. “O nosso Código de Ética rege sobre a questão do sigilo dos dados, mas não regulamenta como deve ser esse sigilo”, explica. A falta de uma metodologia específica sobre o assunto o levou e a colega de profissão, Clara Cantal, a desenvolverem uma forma de resolver essa questão. “Criamos formulários baseados na medicina e os adaptamos para a Psicologia e para a realidade local. O resultado foi bem aceito e propusemos ao professor Áderson Luiz Costa Júnior a publicação de um artigo em uma revista científica conceituada”, lembra o psicólogo, formado no fim do ano passado.

conselheira federal, Acácia Santos. “Os relatos de experiência são encaminhados por pessoas que vivem mais o cotidiano da aplicação da Psicologia e nem sempre estão na carreira universitária”, completa.

No entanto, ter um artigo publicado na *Psicologia: Ciência e Profissão* não é fácil. Dos artigos encaminhados em 2007, a comissão editorial analisou 90 trabalhos. Apenas 34 foram aprovados. O processo de validação é bastante criterioso. Exemplos como o do psicólogo Fabrício e da estudante Clara são mais difíceis ainda. Somente 14% dos 128 artigos recebidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) foram produzidos por graduados em psicologia. A maioria, 60%, são escritos por mestres, doutorandos e doutores. O restante é escrito por especialistas e universitários.



O trabalho de Fabrício, Clara e do professor Áderson saiu na segunda edição deste ano (28.2) da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*. Eles apresentaram o texto, em 2007, ano em que o Conselho Federal de Psicologia (CFP), recebeu 128 artigos para publicação. A previsão do CFP é que este ano o número chegue a 170. Isso porque boa parte desses trabalhos pode, desde janeiro, ser enviado por meio eletrônico.

Segundo o integrante da comissão editorial da revista, Paulo Menandro, utilizar a internet para encaminhar o texto para avaliação torna o processo de gestão editorial mais ágil e barato. “Poder enviar o trabalho por meio eletrônico suprime exigências de impressão de várias cópias e de postagem”, explica. “Os programas usados para gerenciar o envio de artigos permitem que o autor possa acompanhar a tramitação de seu texto a qualquer momento, o que é uma facilidade adicional. Todos ganham com o procedimento”, completa.

Na revista são oferecidos dois tipos de artigos: textos teóricos e relatórios de pesquisa. Há ainda uma seção dedicada a relatos de experiência. “Os artigos são escritos por estudiosos do campo da Psicologia – não apenas psicólogos – que em geral estão ligados à área acadêmica”, explica a

### Publicação internacional

A meta da revista para este ano é atingir um grau de excelência de publicação internacional. Para isso, o periódico precisará cumprir exigências de periodicidade, pontualidade, qualidade de gestão editorial, representatividade, adesão a normas internacionais e informações essenciais em mais de um idioma. No caso da *Ciência e Profissão*, o idioma escolhido e já adotado foi o espanhol.

Segundo Menandro, ter uma revista reconhecida internacionalmente trará benefícios para o Brasil e para os psicólogos. “Para a área da Psicologia e as instituições que estão vinculadas os autores, a exposição da produção brasileira ao conhecimento e à crítica internacional pode resultar em incremento de intercâmbio e o reconhecimento da excelência do conhecimento produzido no Brasil”, explica. Mais informações e instruções sobre como encaminhar seu artigo, acesse <http://revista.psicologiaonline.org.br/>

A revista *Psicologia: Ciência e Profissão* é distribuída para todas as faculdades de psicologia cadastradas pelo Ministério da Educação, bibliotecas públicas e instituições parceiras do CFP. O periódico pode ser visto também através do sítio [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br).

## Lançamento de livro sobre adoção reúne psicólogos, antropólogos e líderes do movimento GLBTT

Entre os dias 6 e 8 de junho, Brasília recebeu cerca de mil pessoas de todo o país, com o objetivo de discutir e aprovar diretrizes para o Plano Nacional de Políticas Públicas para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBTT), durante a I Conferência Nacional GLBTT, no Centro de Eventos Brasil 21. O evento, inédito no Brasil e no mundo, abordou temas como Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, abriu a Conferência na noite do dia 5 de junho e criticou o preconceito contra homoafetivos. “Nunca antes na história do planeta um presidente convocou uma Conferência, GLBT, que marcava o dia de combate à hipocrisia. Eu sei o que é o preconceito, essa talvez seja a doença mais perversa e impregnada. É uma doença que não acaba apenas com uma lei, é preciso passar por um processo cultural”.

Na ocasião, uma das organizadoras da Conferência, Fernanda Benzenutty, ressaltou que a cada três dias é morto um homossexual no Brasil. “Precisamos trabalhar para que essa escravidão homofóbica no país tenha fim, assim como teve fim a escravidão no Brasil. Não podemos mais continuar à mercê desta sociedade que nos agride e nos violenta”, enfatizou.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), e sua Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), aproveitaram o primeiro dia de Conferência para lançar o livro “Adoção: um direito de todas e todos”. O lançamento reuniu psicólogos, antropólogos e líderes do movimento LGBTT. O evento contou com a presença do presidente do

Conselho Federal de Psicologia – CFP, Humberto Verona, do presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, do antropólogo e presidente do Grupo Gay da Bahia, Luiz Motti e do integrante da Comissão Nacional dos Direitos Humanos do CFP, Edmar Carrusca.

Para o presidente da ABGLT, Toni Reis, o lançamento da cartilha é o segundo marco de vitória na luta do movimento. “O CFP fez um trabalho excelente. Para nós, essa é a segunda grande vitória, a primeira veio com a Resolução 001/99 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Só temos que dar os parabéns aos psicólogos envolvidos nesse trabalho”, completou o presidente.

O presidente do CFP, Humberto Verona, afirmou que o Conselho tem se posicionado em relação aos temas ligados à orientação sexual. “Nós temos colocado a nossa posição frente a vários temas relacionados. Nós somos contra qualquer tentativa de patologização por parte dos psicólogos com relação à orientação sexual. Isso precisa ser respeitado por nós

como profissionais que se preocupam com a questão da cidadania”, afirmou o presidente. “Nós desejamos contribuir, por meio deste material, para que as conquistas dos direitos de gays e lésbicas não sejam somente garantias legais, mas direitos efetivamente vivenciados” completou o presidente. O livro “Adoção: um direito de todos e todas” é resultado de uma parceria com o movimento LGBTT e foi elaborado por psicólogos de diversas linhas teóricas, com reconhecida produção sobre o tema.



## ***NENHUMA FORMA DE VIOLÊNCIA VALE A PENA***

O tema da nova campanha das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia foi construído coletivamente, durante reunião ocorrida em Brasília, em 25 de abril deste ano. Nesse encontro, estiveram representantes das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia, além dos integrantes da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

Após ampla discussão, decidiu-se por um tema central que tem perpassado questões relacionadas aos Direitos Humanos e causado inquietações ao Sistema Conselhos. Assim, foi definido o tema – Nenhuma Forma de Violência Vale a Pena – e os seguintes eixos para a campanha:

Os psicólogos do Brasil lutam pelo fim da violência:

- nos locais de isolamento;
- nas instituições;
- na intolerância à diversidade cultural, sexual e racial; e
- contra a violência e criminalização dos movimentos sociais.

Entendemos como premente colocar em análise a questão da violência em nosso país, como também, examiná-la de forma mais profunda. Para tanto, se faz necessário discutir, efetivamente, suas causas, conseqüências e como tem sido combatida pela sociedade e pelo Estado.

O aumento das mais diversas manifestações de violência em nosso país deve ser entendido como um fenômeno mundial, decorrente dos efeitos do neocapitalismo, da globalização e da sociedade de consumo contemporânea. Como nos diz Bauman (2004), o grande dilema da atualidade é a dúvida de que se é necessário consumir para viver ou se vivemos para consumir. Todavia, um mundo globalizado e de imensos avanços tecnológicos, como por exemplo, da possibilidade da instantaneidade da comunicação pessoal, não está ao alcance de todas as pessoas. Tais avanços trouxeram, não de forma espontânea e, sim, como efeito

secundário inevitável e esperado, desigualdade, pobreza e, acima de tudo, falta de perspectivas, principalmente, para os jovens não advindos da classe privilegiada. Essa situação não é uma especificidade dos países considerados como do terceiro mundo. Levitt e Dubner (2005), ao discutirem uma pesquisa de campo realizada em um bairro negro e pobre da periferia de Chicago, observaram que a possibilidade de uma pessoa, moradora daquele local, morrer traficando crack é maior do que a enfrentada por um prisioneiro condenado à morte no Texas, estado recordista em execuções judiciais. Concluem os autores, que a escolha por atividade tão perigosa, via de regra, é a única opção oferecida. No bairro estudado, 56% das crianças viviam abaixo da linha da pobreza e um em cada três adultos estava desempregado. Portanto, o atual modelo econômico predominante não escolhe os pobres de determinado país. Todavia, as conseqüências não são somente econômicas, pois trazem sofrimentos, exclusões, discriminações e violações dos Direitos Humanos.

Em nosso país, o aumento da violência e da criminalidade, em geral, são relacionados pela mídia com a pobreza e grupos sociais vulneráveis. Não se discute formas de combater suas causas, mas instrumentos para aniquilar seu atual “inimigo número um”, o “menor infrator”, negro, pobre e morador das periferias das grandes cidades.

Causa-nos enorme preocupação as soluções defendidas pela sociedade brasileira e pela mídia, para a superação de nossos problemas, diante das alternativas cada vez mais vingativas e punitivas, como a redução da idade penal, o recrudescimento da legislação, a construção de novos presídios, a criminalização de conflitos e dos movimentos sociais. Obviamente, saídas legitimadas pela cultura do medo, muito difundida pelo governo estadunidense, após o “11 de setembro”. Desde então, somos todos terroristas em potencial e, portanto, tudo deve ser aceito, inclusive práticas de tortura, violação dos direitos individuais, violências às

peças em situação de aprisionamento nas instituições, preconceitos culturais, sexuais e raciais, repressão aos movimentos sociais e a criminalização dos defensores dos Direitos Humanos.

Nesse cenário, psicólogos(as) têm sido convocados a colocar seu saber e suas práticas a serviço da repressão, da excessiva criminalização e dos aprisionamentos. Ao contrário, nossa postura deve ser de não mais aceitar as condições sub-humanas de nossos presídios, das unidades de internação para adolescentes considerados autores de atos infracionais, a violência policial, os extermínios e do desrespeito às diversidades culturais, sexuais e raciais.

Reafirmamos, então, o caminho que tem sido construído pelos psicólogos(as), ou seja, de uma profissão comprometida com as mudanças sociais, com as práticas de inclusão e em consonância com a defesa dos Direitos Humanos de todos.

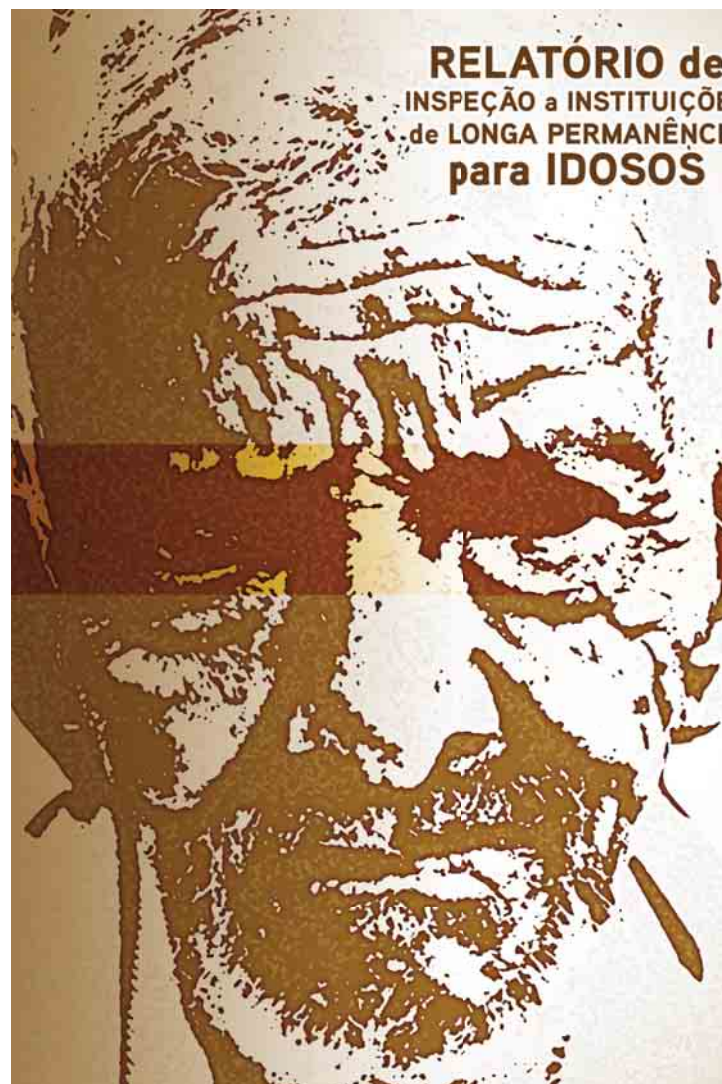
Portanto, gostaríamos de estabelecer discussão fraterna e corajosa sobre as reais causas da violência e as formas de seu enfrentamento. Não é aceitável como única alternativa a criminalização, a segregação e as práticas repressivas e violentas. Deveríamos discutir como efetivamente implantar o Estatuto da Criança e do Adolescente, priorizando a implementação e qualificação das medidas socioeducativas sem privação de liberdade; políticas de inclusão social; como fortalecimento e ampliação dos programas de penas alternativas; a constituição de serviços substitutivos de saúde mental; avanço na reforma agrária; não-retrocesso na demarcação das terras indígenas e quilombolas e, acima de tudo, erradicação às torturas sofridas pelas pessoas em condição de aprisionamento nas instituições.

Colaborar na construção de nova sociedade permeada por relações de fraternidade, igualdade, justiça social e de respeito a todas as diversidades deve ser nosso norte. Ninguém nasce violento! E, Nenhuma forma de violência vale a pena!

*Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia*

#### Referências Bibliográficas:

- BAUMAN, Z. (2004). **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LEVITT, S. & DUBNER, S. (2005). Por que os traficantes continuam morando com as suas mães. In: *Freakonomics. O lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*. Rio de Janeiro: Campus



A campanha de Direitos Humanos de 2008 foi lançada na Câmara dos Deputados, durante as comemorações do Dia do Psicólogo (27 de agosto). Na solenidade, o CFP apresentou aos parlamentares o Relatório de Inspeção a Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's), resultado da Campanha de DH de 2007. O objetivo do trabalho foi descobrir a obscura situação dos asilos brasileiros. Para isso, representantes do CFP, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de movimentos sociais e de ONGs visitaram 22 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) públicas e particulares, em 11 estados da federação e no Distrito Federal, entre setembro e outubro de 2007.

Veja o relatório no sítio [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)

# Sessão solene no Congresso Nacional marcou os 18 anos do ECA

O lançamento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em 1990, marcou o Brasil como um dos primeiros países ratificadores da Convenção dos Direitos da Criança. Depois da criação do Estatuto, o país se tornou referência mundial na construção de uma legislação específica para a área da juventude. A trajetória do ECA é marcada por diversos avanços como a redução da taxa de mortalidade infantil e a ampliação do índice de acesso à educação pública, mas os desafios ligados à questão dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente mostram ainda a necessidade de se ampliar o debate sobre o tema.

Para a conselheira do CFP, Iolete Ribeiro da Silva, é necessária uma discussão sobre as políticas públicas ligadas à questão da juventude no país. “O ECA não foi totalmente implementado, a sociedade precisa enxergar melhor o adolescente antes que exista o problema. “Temos que ser mais preventivos, geralmente atendemos o jovem depois que o problema acontece. Nós atingimos algumas conquistas, mas existem outras coisas que a gente precisa fazer para ampliar as garantias de direito”.

Uma Carta Aberta aos Candidatos(as) às Prefeituras e Câmaras Municipais com 18 compromissos para a área da infância e adolescência foi lançada no dia 10 de julho, durante sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. O documento foi elaborado pelo chamado Grupo dos 18 anos do ECA, criado para discutir estratégias de mobilização que reúne diversos segmentos da sociedade.

A intenção do Grupo é a de que o documento seja

divulgado simultaneamente em todo o País, por meio de atividades dos conselhos de direitos, dos fóruns DCAs, das frentes parlamentares e dos fóruns de erradicação do trabalho infantil, com a participação de meninos e meninas. A Carta Aberta é a base de uma Plataforma para as eleições municipais deste ano. Os candidatos serão convidados a assumir os 18 compromissos. Entre esses compromissos estão a municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).

O Sinase foi criado em 2006 com o objetivo de municipalizar as medidas e ações Socio-Educativas com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. O Sistema tem como premissas garantir a educação formal nas unidades de internamento, o acesso à atividades culturais, artísticas, esportivas e profissionalizantes. No entanto, depois de dois anos de sua criação o Sinase ainda não foi completamente implantado no país. De acordo com o diretor da organização de Direitos Humanos Projeto Legal, Carlos Nicodemos, essa municipalização das políticas públicas é fundamental para que a doutrina da proteção à criança e ao adolescente seja trabalhada de forma completa. “O nosso grande desafio agora é no campo das políticas públicas, nós precisamos desenvolver uma concepção para incorporar a doutrina do ECA às políticas públicas do país, como as políticas da área da saúde e da educação”.

Além dos 18 anos do ECA, o dia 13 de julho, de 2008 já marcou algumas outras datas ligadas aos Direitos da Criança e do Adolescente, como o dia 18 de maio (Dia Nacional contra a Violência Sexual a Crianças e Adolescentes) e 12 junho (Dia da Luta contra o Trabalho Infantil).



## *Documento de referências auxilia psicólogos que se dedicam à Saúde do Trabalhador*



Um dos aspectos que mais tem preocupado os psicólogos que atuam na área da Saúde do Trabalhador é a relação entre o sofrimento psíquico e o trabalho. Esse é um dos temas abordados no Documento de Referências para a atuação do Psicólogo na Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública. O documento, lançado no mês de junho, pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do CFP, o CREPOP, foi criado para apresentar os principais aspectos que configuram a área da Saúde do Trabalhador e a inserção do psicólogo nesse campo.

O texto ultrapassa as questões teóricas ligadas ao tema e aborda a atuação do psicólogo nesse campo, destacando as suas práticas. O documento enfatiza as estratégias de promoção, prevenção e assistência em Saúde do Trabalhador a serem desenvolvidas em todos os níveis da rede pública de saúde. “O documento mostra como a saúde do trabalhador está estruturada na saúde pública e o nosso texto é vasto porque se apoia em outros referenciais de diferentes áreas como, por exemplo, a medicina”, explica a psicóloga Andréia de Conto Garbin, integrante da Comissão que elaborou o Documento de Referências.

Além das seções ligadas à teoria e à prática da inserção do psicólogo na Saúde do Trabalhador, o documento conta com uma seção específica voltada para a formação do profissional nessa área. “Mostra-se a importância de se discutir esse trabalho ainda na graduação, porque muitas vezes o estudante só percebe a demanda da Psicologia Clínica e o texto mostra as diferentes áreas de atuação que vão além do atendimento no consultório”, completa Andréia Garbin.

A abordagem de aspectos éticos e políticos no documento também auxilia os psicólogos interessados na área apresentando algumas legislações específicas ligadas à Saúde do Trabalhador. O livro mostra, por exemplo, que todo transtorno mental ligado ou decorrente do trabalho pode ser notificado pelo psicólogo responsável e passado ao sistema de informações do Ministério da Saúde. “Essa prática não é comum na nossa área, geralmente o psicólogo não sabe que pode e deve fazer isso, porque essa notificação vai gerar direitos ao trabalhador”, finaliza Andréia.

Saiba mais sobre o Crepop – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do CFP.

Projeto aprovado desde 2005 e ratificado sucessivamente pelas diversas instâncias deliberativas do Sistema Conselhos, o CREPOP, neste ano de 2008, consolida uma metodologia particular e complexa de integração de informações sobre a presença da Psicologia nas Políticas Públicas. Além do levantamento permanente de informações sobre a presença e atuação de psicólogos em programas de políticas públicas, o CREPOP desenvolve pesquisas em núcleos de prática profissional (por meio de pesquisa on-line e reuniões com psicólogos de cada área) e produz documentos de referências a partir dos resultados dessas pesquisas, sempre contando com a participação da categoria, como por exemplo, nos processos de consulta pública sobre os documentos em elaboração. Neste ano estão sendo investigados os núcleos relativos à atuação em programas de educação inclusiva, em programas de medidas socioeducativas em meio aberto/liberdade assistida, em programas de atenção à mulher vítima de violência de gênero e em programas de atenção básica em saúde.

Acesse as publicações do CREPOP no sitio: <http://crepop.pol.org.br>

## PL 29, UM MISTO DE AVANÇOS E RETROCESSOS

Desde que chegou à Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) da Câmara dos Deputados, em novembro passado, o Projeto de Lei 29/07 – que define as novas regras para o mercado de TV por assinatura – teve 12 emendas apresentadas. Antes disso, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), o texto recebera 25 emendas para serem analisadas. No início de julho, o relator do projeto, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), apresentou um substitutivo. O novo texto trata da entrada das teles no setor de televisão por assinatura e da definição de cotas para a programação nacional, a fim de estimular a produção e a inserção de conteúdo audiovisual brasileiro no mercado de televisão por assinatura.

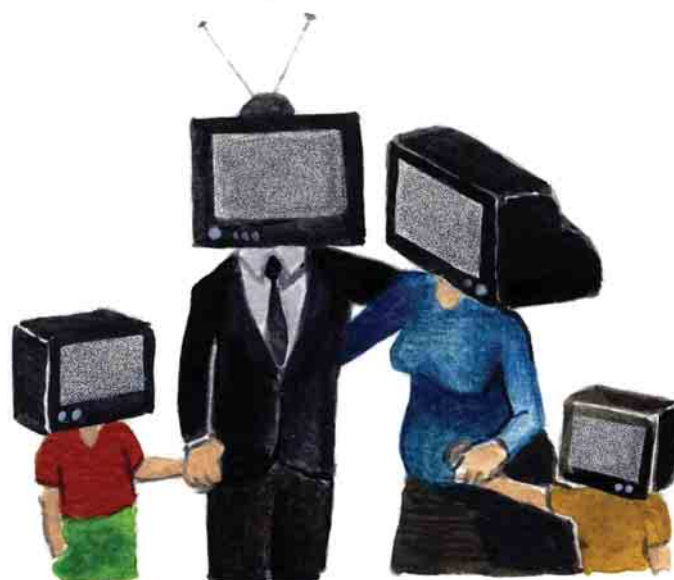
Segundo o coordenador-geral do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), Celso Schröder, o ponto mais polêmico para os congressistas é a entrada das empresas de telecomunicações nos serviços de TV paga. “A entrada das teles na disputa é desleal com o mercado brasileiro. Elas contam com uma estrutura forte, já que são regidas pela lei de telecomunicações, o que garante a essas empresas, por exemplo, 100% de capital estrangeiro”, afirma Schröder. “Além disso, elas entram sem mecanismos de controle. Não podemos por em risco a radiodifusão nacional e substituir um monopólio por outro maior ainda”, alerta.

Para Schröder, o PL 29/07 tem outros problemas: “Ele abandona a idéia de rede pública e única e reduz a função do Conselho de Comunicação Social. Com o novo texto, a fiscalização passará a ser de competência da Anatel e da Ancine – o que é um equívoco”, lamenta o coordenador geral do FNDC. “O mérito da lei é a produção de um debate sobre a veiculação de conteúdo nacional e a ampliação da legislação para o sistema de antena parabólica, que estavam fora da legislação”, pondera. “É preciso a convocação de mais uma audiência pública, com ampla representação da sociedade civil para discutir os pontos da lei. O debate está muito polarizado entre as operadoras de TV a cabo e as empresas de telecomunicações”, conclui.

### Conferência Nacional de Comunicação

As atenções, no entanto, não devem ficar apenas nos serviços prestados pela TV a cabo. Durante a XIV Plenária Nacional do FNDC, realizada em maio, foi reiterada a necessidade de realização da Conferência Nacional de Comunicação Social. O evento servirá para que as políticas de comunicação e os serviços prestados sejam discutidos e avaliados pelos diferentes setores da sociedade, e a comunicação seja reconhecida como um direito de todos.

O CFP convoca todos os psicólogos a defenderem a realização da Conferência Nacional, não apenas pela importância do controle social nesta área, mas, pelo conhecimento que a Psicologia tem dos efeitos da mídia na subjetividade. “O jornal da noite de ontem pauta a nossa conversa familiar no café da manhã, ou no trabalho. Nós questionamos pouco sobre os assuntos que não são colocados pela mídia hegemônica”, exemplifica a conselheira federal Roseli Goffman. “Discutir a comunicação é legitimar uma sociedade mais diversa, em forma e conteúdo. Discutir a comunicação é reivindicar a universalização do acesso à informação de qualidade, em especial para a população de baixa renda”, completa Roseli.



Psicólogo(a), entre no sítio [www.petitiononline.com/mpcnc28](http://www.petitiononline.com/mpcnc28) e participe do abaixo-assinado a favor da realização da conferência. Divulgue esse documento entre seus amigos e participe desta campanha.



## ABEP divulga projeto a ser realizado no segundo semestre

### “Direitos Humanos no Ensino de Psicologia”

Este é o título do projeto que a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia vai desenvolver neste ano de 2008, por meio de parceria com o Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Educação Básica, com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e com o Conselho Federal de Psicologia.

A idéia geral do projeto parte da premissa de que não é novidade o compromisso assumido pelas entidades da Psicologia Brasileira em relação à temática dos Direitos Humanos. Iniciativas nessa direção têm ocorrido em parceria com outras instituições, no Brasil e em toda a América Latina. Originalmente proposto pela ABEP e CFP, o projeto justifica-se pelo interesse e compromisso da Psicologia pela temática dos Direitos Humanos e seus diálogos com as políticas públicas, desde as últimas décadas do século 20, por intermédio da militância dos seus diversos atores, dos seminários e das publicações promovidas por algumas das suas entidades.

Nessa direção, o projeto que será realizado tem como objetivo geral contribuir à construção da garantia do direito dos psicólogos em formação e em aperfeiçoamento, discutirem e se co-responsabilizarem pelas questões dos Direitos Humanos, considerando que os vários cenários e âmbitos em que atuam, imperiosamente, as tangenciam. Da mesma forma, pretende-se colaborar com o aprofundamento do debate sobre a Educação em Direitos Humanos nas escolas e o papel que a Psicologia vem desempenhando nesse sentido. Defende-se a importância da reflexão dessa problemática, desde a graduação, como algo imprescindível na formação de psicólogos. Ressalta-se, também, a importância de garantir que as questões relativas aos Direitos Humanos sejam incorporadas na formação dos psicólogos como uma força motriz para a consolidação do compromisso social, que tem sido assumido pela Psicologia como ciência e profissão.

Pretende-se com o desenvolvimento das ações previstas no projeto, que diferentes públicos possam conhecer,

debater e trabalhar na perspectiva dos Direitos Humanos, por exemplo: professores e estudantes dos cursos de Psicologia do Brasil, gestores e técnicos das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, estudantes e professores da Educação Básica e do Ensino Superior, entre outros.

O desenho do projeto prevê três fases:

Momento de conhecimento e apropriação sobre os diferentes temas envolvidos nos Direitos Humanos, a ser realizado on line;

Videoconferências combinadas com Oficinas presenciais para discussão e novas reflexões;

Encontro Nacional no qual as discussões serão compartilhadas e debatidas; e

Produtos bibliográficos também serão preparados para divulgação.

Não fique fora desta discussão, acompanhe as notícias e participe!

“Psicologia: Ensino e Formação”, assim se chamará a revista da ABEP. Após longo debate no interior da Comissão Editorial e de um processo de votação pelos Núcleos ABEP, o nome da revista foi escolhido. A Comissão editorial é composta pelos seguintes membros, todos doutores:

#### COMISSÃO EDITORIAL

**Eduardo Leal Cunha (UFS) - EDITOR**

**Ana Mercês Bahia Bock (PUC-SP)**

**César Ades (USP)**

**Norberto Abreu e Silva Neto (UnB)**

**Mary Jane Paris Spink (PUC-SP)**

**Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (UFP)**

**Sergio Antonio da Silva Leite (UNICAMP)**

**Silvia Helena Koller (UFRGS)**

**Sylvia Helena Souza da S. Batista (ABEP/UNIFESP)**

**Roberta Gurgel Azzi (ABEP/UNICAMP)**

Conheça as orientações para submissão de trabalhos no sítio da ABEP: [www.abepsi.org.br](http://www.abepsi.org.br)



# Processos éticos

## Processos éticos julgados pela Plenária do Conselho Federal de Psicologia no período de 20 de fevereiro de 2008 a 9 de maio de 2008

### Processo Ético-Profissional

CFP Nº 1058/07 – ORIGEM: CRP-06

Arquivamento

Ementa – Procedimento Ético-Profissional. Recurso conhecido e desprovido.

Decisão CRP: Arquivamento

Decisão CFP: Arquivamento

Data do julgamento: 29/02/08

Presidente da sessão: Humberto Cota Verona

Relatora: Acácia Aparecida Angeli dos Santos

### Processo Ético-Profissional

CFP Nº 2881/07 – ORIGEM: CRP-06

Arquivamento

Ementa – Procedimento Ético-Profissional. Recurso conhecido e desprovido.

Decisão CRP: Arquivamento

Decisão CFP: Arquivamento

Data do julgamento: 29/02/08

Presidente da sessão: Humberto Cota Verona

Relatora: Iolete Ribeiro da Silva

### Processo Ético-Profissional

CFP Nº 1851/07 – ORIGEM: CRP-06

Censura Pública

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Censura Pública. Decisão mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Censura Pública

Data do julgamento: 11/04/08

Presidente da sessão: Humberto Cota Verona

Relatora: Deise Maria do Nascimento

### Processo Ético-Profissional

CFP Nº 3476/07 – ORIGEM: CRP-08

Determinada a instauração de processo ético

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da Representação Ética. Reforma da decisão.

Recurso conhecido e parcialmente provido.

Decisão CRP: Arquivamento

Decisão CFP: Determina a instauração de processo ético

Data do julgamento: 11/04/08

Presidente da sessão: Humberto Cota Verona

Relatora: Anice Holanda Nunes Maia

### Processo Ético-Profissional

CFP Nº 1217/07 – ORIGEM: CRP-01

Advertência

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional, que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão Mantida.

Recurso conhecido e improvido.

DECISÃO CRP: Advertência

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 11/04/08

Presidente da sessão: Humberto Cota Verona

Relatora: Elisa Zaneratto Rosa

### Processo Ético-Profissional

CFP Nº 1057/07 – ORIGEM: CRP-06

Advertência

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Censura Pública. Reforma Parcial.

Recurso conhecido e parcialmente provido.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 11/04/08

Presidente da sessão: Humberto Cota Verona

Relatora: Aparecida Rosângela Silveira

### Processo Ético-Profissional

CFP Nº 4794/07 – ORIGEM: CRP-12

Advertência

Ementa – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Censura Pública. Decisão parcialmente reformada.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 09/05/08

Presidente da sessão: Humberto Cota Verona

Relator: Marcos Ratinecas

### Processo Ético-Profissional

CFP Nº 285/07 – ORIGEM: CRP-08

Suspensão do exercício profissional por 30 dias

Ementa – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Cassação do Exercício Profissional. Decisão parcialmente reformada.

Decisão CRP: Cassação do Exercício Profissional

Decisão CFP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 dias

Data do julgamento: 09/05/08

Presidente da sessão: Humberto Cota Verona

Relatora: Maria das Graças Gonçalves

**Conforme o artigo 79 da Resolução CFP nº. 006/07, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.**

## Conferências Estaduais de Direitos Humanos

Estão em curso pelo país as Conferências Estaduais e Distrital para a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Dos 27 Estados, três ainda não definiram as datas (confira o quadro ao lado). O objetivo dos encontros estaduais é eleger os delegados que irão participar da Conferência Nacional, promovida em Brasília, entre 15 e 18 de dezembro. Ao todo serão 1.200 delegados, sendo 720 representando a sociedade civil e 480 o poder público. Com o lema “Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades”, a 11ª CNDH visa à revisão e atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos é coordenada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e pelo Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH).

Acesse o sítio [www.11conferenciadh.com.br](http://www.11conferenciadh.com.br) e confira a programação e os locais onde estão sendo realizadas as conferências.

### Fique Legal

No início de cada ano os Conselhos Regionais enviam aos psicólogos o carnê referente à taxa de atividades do ano em curso. Em 31 de março venceu o prazo para o pagamento em dia da anuidade 2008. Se você não quitou o seu carnê, solicite ao seu Regional um novo boleto de pagamento. A anuidade é um tributo obrigatório por lei, que deve ser pago por todos aqueles que exerçam a profissão. Psicólogo, é com a sua contribuição que são desenvolvidas todas as atividades e projetos dos conselhos de Psicologia, para consolidação da profissão com qualidade técnica e ética.

Conheça o novo sítio do CFP [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) e cadastre-se.

ESTADO	DATA
Acre	14 e 15 de agosto de 2008
Alagoas	10 e 11 de setembro de 2008
Amapá	11 e 12 de setembro de 2008
Amazonas	11, 12 e 13 de setembro de 2008
Bahia	15, 16 e 17 de setembro de 2008
Ceará	27 e 28 de agosto de 2008
Distrito Federal	10, 11 e 12 de setembro de 2008
Espírito Santo	12 e 13 de setembro de 2008
Goiás	12, 13, 14 de setembro de 2008
Maranhão	13, 14 e 15 agosto de 2008
Mato Grosso	10, 11 e 12 de setembro de 2008
Mato Grosso do Sul	13, 14 e 15 de agosto de 2008
Minas Gerais	11 e 12 de setembro de 2008
Pará	2 e 13 de setembro de 2008
Paraná	30 e 31 de agosto de 2008
Paraíba	28 a 30 de agosto de 2008
Pernambuco	7, 8 e 9 de agosto de 2008
Piauí	11, 12 e 13 de setembro de 2008
Rio de Janeiro	12 e 13 de setembro de 2008
Rio Grande do Norte	4 e 5 de setembro de 2008
Rio Grande do Sul	11 e 12 de setembro de 2008
Rondônia	13 e 14 de agosto de 2008
Roraima	10, 11 e 12 de setembro de 2008
Santa Catarina	11 e 12 de setembro de 2008
Sergipe	15 e 16 de setembro de 2008
São Paulo	22 a 24 de agosto de 2008
Tocantins	10 a 12 de setembro de 2008

# Agenda

## **I Congresso Brasileiro de Hipnose Clínica e Hospitalar**

Data: 6 e 7 de setembro de 2008

Endereço: Rua Wenceslau Brás, 65 - Hospital Phillipe Pinel

Cidade: Niterói, RJ

Telefone: (21) 2549-4413 / (21) 3902-9414

E-mail: [ibha@ibha.com.br](mailto:ibha@ibha.com.br)

Informações: [www.ibha.com.br](http://www.ibha.com.br)

## **8º Simpósio Internacional de Economia da Saúde**

Data: 17 a 19 de setembro de 2008

Endereço: Hotel Intercontinental

Cidade: São Paulo, SP

Informações: [www.cpes.org.br](http://www.cpes.org.br)

## **XVI Congresso Internacional da Associação Junguiana do Brasil**

Data: 19 a 21 de setembro de 2008

Endereço: Hotel Glória, Rua do Russel, 632 – Glória

Cidade: Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2247-2433 / (21) 3285-2255

E-mail: [atendimento@estrellatum.com.br](mailto:atendimento@estrellatum.com.br)

Informações: <http://www.ijrj-congresso2008.com.br/>

## **1º Congresso Brasileiro de Psicologia Aplicada à Saúde**

Data: 25 a 27 de setembro de 2008

Endereço: Teatro Marista

Cidade: Londrina, PR

Telefone: (43) 3327-6676

E-mail: [jornada@hu.psc.br](mailto:jornada@hu.psc.br)

Informações: [www.hu.psc.br/jornada](http://www.hu.psc.br/jornada)

## **XXIII Congresso Brasileiro de Anatomia**

Data: 19 a 23 de outubro de 2008

Endereço: Hangar, Av. Dr. Freitas, s/n 0 – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia

Cidade: Belém, PA

Telefone: (91) 3344-0100

E-mail: [banatomia2008@yahoo.com.br](mailto:banatomia2008@yahoo.com.br)

Informações: <http://www.sbanatomia.com.br>

## **IV Jornada de Análise do Comportamento de Salvador**

Data: 16 a 18 de outubro de 2008

Endereço: UNIFACS - Universidade Salvador

Cidade: Salvador, BA

Telefone: (71) 91565333

E-mail: [jacsalvador@gmail.com](mailto:jacsalvador@gmail.com)

## **III Congresso Brasileiro de Psicoterapia Junguiana**

Data: 05 a 08 de novembro de 2008

Endereço: Centro de Eventos e Negócios de São Paulo

Cidade: Bela-Vista, SP

Telefone: (11) 9944-9770

Informações: [www.eppa.com.br](http://www.eppa.com.br)

## **VIII Congresso Latino-Americano de Psicoterapia**

Data: 21 e 22 de novembro de 2008

Endereço: Campus Centro da Universidade Anhembi Morumbi

Cidade: São Paulo, SP

Telefone: (11) 3774-6463

E-mail: [info@congressopsicoterapia2008.com.br](mailto:info@congressopsicoterapia2008.com.br)

Informações: [www.congressopsicoterapia2008.com.br/](http://www.congressopsicoterapia2008.com.br/)

